



Operários do
estaleiro
Lisnave.

Qual o caminho para a revolução portuguesa?

Spartacist Publishing Co.
Box 1377, GPO
New York, NY 10001

2\$50 Portugal
\$0,10 EEUU e
Canada
0,50F France

Qual o caminho para a revolução portuguesa?

—de *Workers Vanguard* No. 48,
7 de julho de 1974

Durante os últimos dois meses o drama português tem focalizado num tema fundamental: a luta pelas massas. Para os reacionários agrupados ao redor de Spínola e da "Junta de Salvação Nacional," a questão é posta negativamente só forçando os operários em submissão passiva—através de uma combinação astuta de concessões, da alimentação de ilusões democráticas e do uso de força bruta—eles podem ter a esperança de estabilizar as forças armadas e pôr um fim à corrente "anarquia."

Para os revolucionários a mesma situação é posta positivamente, e muito mais claramente só através da libertação do proletariado das ilusões democráticas e da confiança no reformista Partido Comunista (PCP), só através da cristalização dum partido de vanguarda trotskista e da atração dos setores decisivos da classe operária às suas bandeiras, o caminho da revolução socialista pode ser preparado.

Portugal está presentemente numa clássica situação pré-revolucionária dum tipo lento. A situação é pré-revolucionária no sentido de que qualquer choque severo (por exemplo uma tentativa prematura da junta em esmagar a esquerda e as organizações da classe operária, ou a precipitada intervenção do exército espanhol) poderia facilmente levar ao estabelecimento de órgãos de dualidade de poder (soviets). Esse potencial revolucionário é o reflexo dum profundo ódio dos seus exploradores entre as massas trabalhadoras portuguesas, a qual nas últimas semanas tem constantemente ido em greves e demonstrado contra os desejos do governo provisório "democrático."

A lentidão, por outro lado, é uma expressão da falta de experiência política por parte dos operários, e a consequente ausência de um partido revolucionário marxista firmemente enraizado nas massas. Na superfície, a Revolução Russa ocorreu entre fevereiro e outubro de 1917. Na realidade, esse rápido ritmo de desenvolvimento só foi possível por causa da prévia experiência da revolução de 1905 e de mais de uma década de intensa luta política entre os populistas narodniki, os mencheviques e os bolcheviques. Tudo isso está ausente na história da classe operária portuguesa, que apenas agora está despertando dos 45 anos de forçada sonolência sob a ditadura de Salazar-Caetano.

A presente situação é o resultado de uma manobra de setores chaves do capitalismo português. Em face da iminente derrota militar em Guiné-Bissau e da rápida deterioração da situação em Moçambique, a burguesia esperava diminuir suas perdas na África (dando uma fictícia "independência" às colônias na estrutura de uma "comunidade" lusitana) e reorientando a economia em direção da Europa e ao mesmo tempo mantendo uma "democracia controlada" em Portugal. Não era apenas Spínola que tinha sonhos gaullistas.

Mas até agora a grande manobra tem sido um notável insucesso. Os trabalhadores portugueses já tem entrado em intensas lutas de classes elementares com os seus opressores capitalistas, eles já estão entrando em conflito com o governo provisório. Mas enquanto os trabalhadores vêm suas lutas em termos de classes, e largas seções do proletariado reconhecem que o golpe significa fundamentalmente apenas uma melhor posição para lutar pela sua libertação, eles são ainda incapazes de transcender a estrutura economista das lutas sindicais.

Por um reagrupamento revolucionário

Exatamente a mesma situação, expressa em termos mais sofisticados refletindo confusão política centrada, está presente entre os numerosos, ostensivelmente revolucionários grupos em Portugal. De um lado, a chamada extrema esquerda é relativamente grande em comparação com o reformista PCP. Se o PCP consegue mobilizar 10.000 militantes e simpatizantes para uma manifestação contra as greves, o maoísta MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e um nascente bloco maoísta de esquerda/trabalhista/anarquista/"trotskista" conseguem mobilizar aproximadamente o mesmo número para manifestações demandando independência imediata para as colônias. Mas ao nível da direção política, nenhum desses grupos tem demonstrado a habilidade de liderar a luta em direção à revolução proletária através da generalização e centralização das lutas dos operários numa batalha pelo poder estatal.

Durante levantes das massas, mesmo um grupo pequeno pode tornar-se uma grande força num curto período de tempo se ele dá as massas uma análise correta e lança os corretos slogans no própria ocasião. Agora que um grande número de trabalhadores está indo

além da camisa de força reformista imposta pelo PCP e que milhares de militantes estão suportando um ou outro dos vários grupos centristas, o caminho para um profundo reagrupamento revolucionário está aberto em Portugal. Foi dessa maneira que Lenin preparou a vitória da Revolução de Outubro depois do seu retorno à Rússia em abril 1917 reorientando o partido bolchevique em direção à conquista do poder soviético, fundindo com o grupo liderado por Trotsky e lutando para tirar os trabalhadores da influência exercida pelos mencheviques e pelos social-revolucionários.

Tal reagrupamento deve tomar a forma da construção de um partido trotskista com uma firme base programática marxista. Só dessa maneira o produto final das fusões e separações entre grupos ostensivelmente revolucionários pode liderar a luta das massas em vez de ficar a reboque atrás delas (como está acontecendo agora). A chave para um reagrupamento revolucionário bem sucedido é portanto uma profunda luta pelo Programa de Transição e por uma política trotskista.

Esta perspectiva é diretamente oposta ao bloco oportunista presentemente sendo tentado por vários grupos à esquerda do PCP. A "trotskista" LCI (Liga Comunista Internacionalista), a castrista/anarquista LUAR (Liga de União e Ação Revolucionária), o castrista/trabalhista PRP (Partido Revolucionário de Proletariado), a maoista URML (União Revolucionária Marxista-Leninista), os CIC (Comitês pela Independência Imediata e Incondicional das Colônias) e as social-democratas de esquerda CBS (Comissões de Base Socialistas) estão tentando cementar uma falsa unidade baseada num programa de três pontos: independência total e imediata para as colônias, rejeição do oportunismo do PCP e da sua traição da classe operária, e revolução socialista como o único meio de libertação do proletariado português.

Enquanto que essas demandas são justas e poderiam ser o objeto para uma ação conjunta ocasional, a "unidade" que elas representam é totalmente fictícia. Muito provavelmente ela não passará de um bloco de propaganda informal no qual as diversas organizações políticas submergirão as suas diferenças políticas. Mesmo se uma formação comum emergisse (similar ao MIR chileno fundado em 1965 por maoistas, castristas e "trotskistas") ela iria dividir-se novamente ao primeiro sério teste político: por exemplo numa situação parecido aos "dias de julho" da Revolução Russa, quando os maoistas, anarquistas e castristas poderiam muito bem tentar alguma espécie de ação aventurista, ou por exemplo ela poderia dividir-se também em respeito a certas demandas políticas como a demanda por eleições imediatas para uma assembleia constituinte.

O programa político do reagrupamento das forças revolucionárias marxistas concretizado por Lenin na Rússia em 1917 está contido nas famosas "Teses de Abril." Essas teses tratam da questão da atitude para com o governo provisório, para com a guerra imperialista e para com a questão agrária, sobre as táticas para a luta no exército, sobre as tarefas imediatas do partido, sobre a questão nacional e sobre o caráter de classe da revolução. Essas eram as prementes questões da ocasião: sem unidade nessas questões ação revolucionária era impossível. Só um programa de tal magnitude pode servir hoje de base para um reagrupamento marxista em Portugal.

Trotsky, no documento fundador da Quarta Inter-

nacional (O Programa de Transição), exigia a formulação de um programa de demandas.

"para ajudar as massas, no processo das lutas diárias, acharem a ponte entre as demandas presentes e o programa socialista da revolução. Essa ponte deveria incluir um sistema de demandas de transição, erivadas das condições de hoje e do atual estado de consciência de largas camadas da classe operária e invariavelmente levando à uma conclusão final: a conquista do poder pelo proletariado."

—*Agonia de morte do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional, 1938*

Numa situação em que milhares de trabalhadores portugueses estão em greve em desafio à junta militar, ao governo provisório e ao Partido Comunista, enquanto que as demandas deles estão centradas num "programa mínimo" de 40 horas semanais de trabalho e um salário mínimo de 6.000 escudos, a necessidade de um tal programa de transição é óbvia.

Demandas democráticas em Portugal

Demandas democráticas seriam de grande importância em tal programa. É notável que ao condenar o papel de traidor representado pelo estalinista Partido Comunista, nenhum dos grupos de "extrema esquerda," nem mesmo o ostensivelmente trotskista LCI, propôs a demanda por eleições imediatas para a escolha de uma assembleia constituinte. Os estalinistas, certamente, são pela assembleia constituinte... para daqui um ano, quando tudo estiver "pacificado"! Lutar por eleições imediatas significa confrontar diretamente o poder da junta e o governo provisório, os quais não foram eleitos por ninguém. A luta por eleições imediatas significa também a quebra da "aliança do povo com as forças armadas," a pedra fundamental da política do PCP nas últimas semanas. Mas num país que tem sofrido sob a tação de uma ditadura bonapartista por quase meio século, esta demanda poderia facilmente obter o suporte das massas.

Uma outra importante demanda democrática é a demanda pela liberdade incondicional para as colônias e pela retirada imediata das tropas da África. Particularmente, depois da recente declaração de Spínola acerca do problema colonial, a qual segundo um oficial do exército "levaria gerações para implementar," essa demanda também implica numa luta contra a junta. Além disso, ela pode ser usada com eficácia para colocar uma cunha entre os líderes socialistas e comunistas e suas bases. O PCP e o PSP são formalmente a favor da independência, mas o governo provisório ao qual eles pertencem se acha obrigado apenas a "negociações."

Um grupo para quem essa demanda é de especial importância é os soldados. Um exemplo de como demandas democráticas em aparência podem crescer numa confrontação direta com a burguesia foi o voto de uma unidade das forças armadas em Tancos decidindo que ela recusaria a embarcar a África sob quaisquer condições (*Luta Popular*, 6 de junho). Apesar de tudo, eles votaram sobre a guerra, um simples direito democrático! Para os milhares de trabalhadores das colônias em Portugal essa demanda é também de grande interesse. Ao fazer consistente agitação pela independência incondicional, comunistas podem demonstrar aos militantes e trabalhadores africanos mais conscientes que o caminho para uma real emancipação nacional não é através do nacional-



Porta-vozes protestando o prisão do diretor da Luta Popular, Saldanha Sanches, em julho de 1974.

ismo burguês mas através do internacionalismo proletário.

Hoje, uma profunda luta tem que ser combatida ao redor das demandas, não a censura, por liberdade de associação e o direito de greve. Com a junta movendo simultaneamente contra os grupos políticos à esquerda do governo e contra operários em greve, essas demandas podem servir para sobrepujar o sindicalismo, muito prevalente entre os operários como resultado das traições do PCP, a apontar para a necessidade de uma luta política para proteger os seus direitos democráticos. Elas podem também colocar uma cunha entre a junta e seções da pequena burguesia, como quando alguns jornais e mesmo o Partido Socialista expressaram dissatisfação sobre o reimpunção da censura (*O Século*, 27 de junho).

Ainda uma outra importante demanda democrática seria a demanda pela expulsão dos criminosos da ditadura salazarista das fábricas e agências estatais, por um julgamento por tribunais populares democraticamente eleitos. Se completamente implementada essa demanda levaria à dissolução do aparato do estado burguês o qual, apesar da alegada dissolução da polícia política (PIDE) é totalmente uma criação da época salazarista. Portanto nem esta nem as outras demandas democráticas podem ser satisfeitas sem a mobilização da classe operária contra o estado burguês.

Demandas de transição e luta revolucionária

No curso das recentes greves, uma das demandas mais comuns era a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Enquanto que esta demanda exprime uma vasta desconfiança na burguesia, revolucionários devem salientar o seu conteúdo reformista e ao contrário devem demandar a implantação do

controle operário, para expulsar todos os patrões. Esta demanda, por seu lado, só pode ser implementada através da criação de comissões operárias para administrar o lugar do trabalho e organizar os trabalhadores numa luta unida.

Até agora, as greves (dos estaleiros, indústria têxtil, correios, relójeiros, transporte) não tiveram nenhuma coordenação central. A federação sindical, a Intersindical, liderada pelo PCP, tem ficado solidamente do lado do governo na sabotagem das greves. Para providenciar coordenação a defesa das greves, é necessário a formação de um conselho nacional dos comitês de greve, comissões operárias, etc., cujos delegados são removíveis a qualquer hora.

Tal conselho serviria como trampolim para o lançamento de greves para a obtenção de uma escala mobil de salários e horas de trabalho (para proteger as massas trabalhadoras contra a inflação e o desemprego), para mesmo pagamento para mesmo trabalho, para um dobramento do salário mínimo. Com monopólios gigantes dizendo que não podem pagar os aumentos é necessária também a demanda pela inspeção dos registros e livros das empresas pelos operários, pela expropriação dos bancos, indústrias e monopólios sob controle operário.

Greves militantes, por tais demandas, serão naturalmente atacadas por fura-greves organizados pelo PCP e por possível intervenção do exército. Portanto é necessária a demanda por uma defesa armada dos piquetes de greve. Simultaneamente é crucial a organização do trabalho dentro das forças armadas para ganhar os soldados, através da formação de comitês de soldados e marinheiros, ligados ao movimento operário.

E na medida que a luta aumenta, as guardas de defesa operária devem ser transformadas em milícias operárias unificadas. O conselho central dos comitês

de greve e comissões operárias devem funcionar como um poder alternativo, como um governo operário oposto à junta militar e ao governo provisório da burguesia. Em outras palavras, devem ser transformados em soviets, a semente de um estado proletário futuro, que criarão uma situação de dualidade de poder. Mas isso não ocorrerá espontaneamente, mas requera acima de tudo a intervenção do partido revolucionário, sua influência sobre a maioria dos decisivos setores da classe operária e consequentemente sua maioria nos soviets.

Como Marx notou no "Manifesto Comunista," toda batalha de classe é ultimamente uma batalha política. As várias demandas democráticas e transicionais devem ser generalizadas em um programa de luta de classe contra o regime burguês, e centralizadas na demanda por um *governo operário baseado em comissões operárias eleitas democraticamente* (soviets), o qual irá expropriar a classe capitalista e destruirá o estado burguês.

Todavia, esta demanda não deve ser deixada suspensa no espaço como um "programa máximo" para um futuro distante. Presentemente o principal obstáculo para a independência política da classe operária da burguesia é o estalinista Partido Comunista o qual está participando no governo provisório de colaboração de classes. Trotskistas devem demandar que o Partido Comunista se separe de Spínola. O PCP poderá realmente ser forçado a fazer tal separação num futuro não muito distante, ao tentar pôr distância entre si e os altos oficiais do governo, sem alterar de maneira nenhuma o seu cometimento à reformista política de colaboração de classes. Um elemento chave em expor a política pró-capitalista do PCP, e em atrair o suporte dos operários que o apoiam na direção de um autêntico partido revolucionário de vanguarda, é a demanda para a criação de uma organização unitária da classe operária portuguesa como a forma organizacional da dualidade de poder.

Outras demandas políticas muito importantes, que devem ser feitas são: *Portugal fora da OTAN, e Abaixo o Pacto Ibérico*. A participação do PCP num governo de coalizão ligado à pactos militares anti-comunistas não é apenas um escândalo de primeira magnitude, mas um real perigo desde que é da Espanha e da OTAN que intervenções estrangeiras para esmagar as massas portuguesas provavelmente virão. As conversações secretas de Spínola com Nixon na semana passada são uma indicação deste ponto óbvio.

Presentemente as forças armadas portuguesas não são provavelmente muito confiáveis para a junta usá-las contra os trabalhadores. Numa crise, a burguesia poderia apelar para o exército espanhol por ajuda, uma eventualidade para a qual Franco já está se preparando—veja a demissão do "liberal" Díez Alegría, ministro de defesa da Espanha, no mês passado. Mas neste caso as forças do nacionalismo poderiam se aliar com a classe operária já que é óbvio que a "ajuda" espanhola significaria o fim do enfraquecido estado português. Portanto a agitação contra a OTAN e o Pacto ibérico é uma luta crucial contra o desenvolvimento da contra-revolução burguesa.

MRPP: Revolução em dois estágios

Maoísmo é uma corrente reformista no movimento operário, uma variante "terceiro mundo" do estalin-

ismo. Mao tem consistentemente se oposto à estratégia leninista-trotskista da revolução proletária nos países atrasados, na qual a classe operária lideraria os camponeses e outras camadas exploradas da população na solução das tarefas nacional-democráticas da revolução burguesa ao estabelecer um *estado operário*, ao mesmo tempo que uniria as tarefas socialistas. Mas apesar de seu atraso, Portugal não é um país do "terceiro mundo", ele tem uma classe operária grande e é um país imperialista, embora seja um de um tipo bastante patético. Sob essas circunstâncias quase nada distingue maoísmo do estalinismo moscovista do PCP.

Uma consequência dessa ambiguidade é a existência de um número de grupos "maoístas de esquerda" nos países avançados. Um desses grupos é o MRPP, a maior organização à esquerda do PCP. O MRPP diz que "a revolução está na ordem do dia" e "a classe dominante já não pode governar." Mas ao mesmo tempo ele declara que "a classe operária ainda não está em condições de o poder fazer já" (*Luta Popular*, 6 de junho). A solução é simples para qualquer estalinista bem versado: Portugal deve ter uma revolução "democrática."

Num nível geral, a estratégia maoísta é difícil de ser distinguida do pró-Moscou PCP.

"A missão do partido da classe operária é o de aplicar a teoria científica do proletariado às características concretas da revolução no seu país. No caso de Portugal, a fase atual da revolução é a da Revolução Democrática e Popular e não, como querem os trotskistas e outros oportunistas, a fase da revolução socialista já.

"Significa isto que para fazer a revolução socialista, a classe operária portuguesa tem de conquistar previamente certos objetivos intermédios, a partir dos quais se pode preparar e lançar na conquista dos seus objetivos finais. Esses objetivos intermédios são o Pão, a Paz, a Terra, a Liberdade, a Democracia e Independência Nacional."

—*Luta Popular*, 6 de junho

Todavia, num nível ligeiramente mais baixo, a liderança do MRPP tenta dar uma interpretação de "esquerda" a esse slogan da Revolução Democrática e Popular. Enquanto que Mao concluiu da suposta "inabilidade" do proletariado de tomar o poder que a aliança com Chiang Kai-shek devia ser feita, os maoístas portugueses tentam uma imitação mecânica da política de Lenin durante a Revolução de Outubro de 1917.

Isso cria dificuldades, já que como Lenin disse claramente nas "Teses de Abril," o objetivo dos bolcheviques em 1917 era conduzir uma revolução *proletária* (e não "popular-democrática"). Essa posição (trotskista) é refletida, embora duma maneira distorcida, em alguns dos pronunciamentos do MRPP. Por exemplo, explicando suas demandas principais ele diz:

"Para o povo só o programa popular revolucionário interessa, só ele põe fim a toda a exploração. O PÃO pela expropriação dos monopólios e grandes empresas por parte da classe operária, a PAZ pela completa independência para os povos das colônias e o regresso dos soldados, a TERRA pela confiscação dos bens dos latifundiários e camponeses ricos e sua distribuição pelos assalariados agrícolas e camponeses pobres, a LIBERDADE para o povo e a ditadura sobre a burguesia, a DEMOCRACIA pela constituição das organizações populares em órgãos de Estado e de Poder; a INDEPENDÊNCIA NACIONAL com a expulsão

dos imperialistas de cima do solo de Portugal—é isto o caminho da Revolução Popular.

"O PÃO, a PAZ, a TERRA, a LIBERDADE, a DEMOCRACIA e a INDEPENDENCIA NACIONAL, nenhum poder da burguesia poderá dar ao povo. Só os operários, camponeses, jovens, mulheres, soldados e restantes elementos do povo, sob a direcção dum partido marxista-leninista-maoísta e organizados numa poderosa frente popular revolucionária, poderão pôr fim ao poder reacçãoário da burguesia e construir um poder popular, um governo popular, uma ditadura popular, uma República Popular."

—Luta Popular, 6 de junho

A prática real do MRPP está mais de acordo com sua linha geral estalinista e em completa contradição com esse falatório de esquerda. De fato, na recente onda de greves, ele suportou o objetivo central de uma semana de trabalho de 40 horas, uma demanda clássica do "programa mínimo" social-democrata/estalinista.

Entretanto, na quotação acima, as medidas propostas resultariam, se fossem levadas a cabo, na destruição do estado burguês, e apesar das fantasias acerca de algum estágio intermédio "popular-democrático" resultaria na criação de alguma versão deformada de um estado operário. O fato de que o MRPP não agita em nenhum lugar pela formação de comissões operárias democraticamente eleitas como a fundação do futuro estado soviético é uma indicação de que esses maoístas tem em mente um estado operário deformado burocraticamente no modelo chinês.

Todavia a demanda deles, pela expropriação dos monopólios e destruição do estado burguês constitui uma contradição que pode ser usada por revolucionários para tornar claro às massas (e aos próprios militantes do MRPP) qual é o conteúdo real da política maoísta. Por exemplo, durante a greve na Lisnave em maio, um partido bolchevique teria desafiado o MRPP a juntar-se com ele na demanda pela expropriação do truste CUF (que é dono dos estaleiros), uma demanda que pareceria estar em harmonia com o programa dos maoístas. Se eles se recusassem e insistissem pela demanda "mínima" de 40 horas de trabalho semanais, então as pretensões "esquerdistas" dos maoístas seriam expostas como uma simples hipocrisia.

PRP: Guerrilha e trabalhismo

O Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias é o maior dos grupos de "extrema esquerda" depois do MRPP, e em muitos aspectos um fenômeno único. De uma maneira geral ele pode ser chamado "castrista-trabalhista"—uma estranha combinação já que os castristas tentam substituir a luta das massas trabalhadoras pelo bando guerrilheiro, e trabalhistas verdadeiros rebocariam atrás das massas em qualquer ocasião possível. Mesmo assim, é precisamente essa combinação que é a essência do PRP.

Sob a severa repressão da ditadura salazarista o PRP escolheu não tentar mobilizar as massas ao redor de um programa de demandas democráticas e transicionais—por exemplo, liberdade para formar sindicatos e liberdade de imprensa. Em vez disso ele escolheu a execução de atos terroristas isolados

tais como explodir quartéis-generais do exército, estações de suprimento e navios de guerra. A explicação que o PRP deu para essa tática terrorista tem uma interessante ligação com a sua corrente prática trabalhista. Ele se concentrava em terrorismo porque "era sobre aquilo que os trabalhadores estavam falando" (entrevista com Isabel do Carmo, diretor de Revolução).

(No contexto de uma guerra colonial e de uma ditadura bonapartista, atos de sabotagem não são sem importância. Mas a perspectiva chave deve continuar a ser a organização da classe operária para a derrubada da burguesia. A recusa dos estivadores em carregar armas e suprimentos para a África seria, por exemplo, muito mais eficiente que a explosão de um navio.)

Agora o PRP acredita que a fase terrorista acabou, já que o golpe de 25 de abril "fizer[am] da classe operária o principal motor da evolução e desenvolvimento futuros da situação política em Portugal" (Revolução, 1 de junho). A principal tarefa do momento é a organização dos trabalhadores ao redor de demandas sindicais economistas

"Há que interpretar simplesmente os anseios profundos das classes trabalhadoras e enunciar em termos claros as suas reivindicações políticas. A questão é de organizar por toda a parte os trabalhadores, em primeiro lugar a classe operária à volta de objetivos e de palavras de ordem justas. Só assim se poderá construir a necessária e imprescindível unidade do proletariado, independente de partidos e grupos políticos."

—Revolução, 8 de junho

A última frase não é acidental. O PRP explica que "os trabalhadores numa particular fábrica saberão melhor o que eles querem do que qualquer partido político, incluindo o PRP" (entrevista com Isabel do Carmo). Começa-se a pensar se o "Partido Revolucionário do Proletariado" tem alguma razão para existência ou não!

WORKERS VANGUARD

Publicação bi-semanal
marxista-operária
da Spartacist League

Nome _____
Rua _____
Cidade/país _____

Assine!

☐ US \$5—24 núm. (via superfície)

☐ US \$15—24 núm. (via aérea)

inclui SPARTACIST

page à/remeta à:

Spartacist Publishing Co.
Box 1377, GPO/NY, NY 10001/EEUU

Na realidade o PRP é dedicado à promoção de esquemas sindicalistas de "auto-gestão," e elogia a greve dos trabalhadores da fábrica Lip na França no ano passado. (Veja em *Workers Vanguard* No. 42, 12 de abril de 1974, a estória de como a greve foi traída.) Ao contrário dos dirigentes sindicais católicos que lideraram a greve na Lip, o PRP diz que está comprometido à revolução socialista. O "Manifesto ao proletariado português" publicado em 12 de maio pelo comitê central do PRP termina com slogans: "Pela total destruição do aparelho de estado fascista, Pela aliança dos soldados e marinheiros com os trabalhadores organizados em luta pelo socialismo, Pela unidade revolucionária da classe operária, Pela revolução socialista, Pela ditadura do proletariado, Pelo internacionalismo proletário."

Aqui existe muito pouca clareza marxista, mas o PRP parece estar dizendo que ele não quer simplesmente um programa mínimo. O problema é que ele não consegue ligar as demandas democráticas e sindicais ao seu programa máximo. Aqui também existe uma contradição que pode ser explorada. Ao apresentar um programa de demandas de transição, trotskistas podem apontar à esses castristas-trabalhistas que, não importa quantas vezes eles repitam ditadura do proletariado, eles não ganharão qualquer coisa enquanto eles não ligarem as lutas presentes da classe operária, com a luta pela revolução proletária.

LCI: A reboque da "nova vanguarda de massa"

A Liga Comunista Internacionalista (LCI), que suporta a maioria européia do "Secretariado Unificado," é o único grupo em Portugal que se proclama trotskista. Enquanto que a LCI suporta as posições e ações aventuristas dos outros afiliados do Secretariado Unificado (como a confrontação da Ligue Communiste com a polícia francesa por ocasião de uma reunião fascista em junho de 1973, ou o "suporte total" da LCR espanhol ao assassinato do primeiro ministro espanhol por uma organização nacionalista vasca em dezembro), ela rejeita o terrorismo para Portugal, apesar do fato que tais ações tem tido um grande suporte por outras organizações de esquerda.

Da mesma maneira, a LCI afirma que o único caminho para a revolução portuguesa é através da organização da classe operária, e realmente ela toma uma atitude abstencionista para com as lutas estudantis. A orgão da LCI contém demandas programáticas tais como uma escala mobil de salários e horas de trabalho, abertura dos livros da indústria, expropriação da indústria sob controle operário, milícias operárias e defesa armada dos piquetes e a criação de "comissões unitárias de luta operária" a serem transformados "em organismos de dualidade de poder no decurso do derrubamento da ditadura"

("Problemas gerais da estratégia revolucionária," *Ação Comunista* No. 2, fevereiro de 1974). No papel a LCI tenta manter uma aparência de ortodoxia trotskista.

Entretanto nas ações práticas tudo se modifica. A LCI acredita, junto com o seu mentor Ernest Mandel, que existe uma "nova vanguarda de massas" que se desvinculou do reformismo e necessita apenas ser organizada para a luta. Na maior parte da Europa Ocidental, essa teoria leva a uma prática que em certas ocasiões pode mesmo adquirir certos tratos aventuristas, porque ficar-lhes a reboque da juventude guevarista-maoista da nova esquerda. Mas numa situação pré-revolucionária em Portugal, a mesma teoria tem consequências reformistas. Da mesma maneira que o MRPP e o PRP se recusam a demandar qualquer coisa além de uma semana de 40 horas de trabalho semanal, a LCI se abstém sistematicamente de propor demandas políticas no contexto das greves.

A única demanda política que ela propõe até agora foi por controle operário. Mas mesmo isso é uma questão esporádica. Numa entrevista com um reporter deste jornal, um porta-voz da LCI disse que esta demanda deve ser levantada "só quando a situação autoriza." Por exemplo, "foi possível demandar controle operário no contexto da greve da Timex" mas "apenas em conversações pessoais com os trabalhadores."

Os trabalhadores portugueses já foram além dessas demandas. Demandas por um salário mínimo de 6.000\$00 e 40 horas semanais tem sido comum em muitas greves desde o golpe, os carteiros demandaram 35 horas semanais e os trabalhadores da Timex instituíram 40 horas semanais por eles mesmos. Trabalhadores tem estado tateando em direção a demanda por controle operário, embora eles tenham sido seduzidos pelo PCP em formulações reformistas como "participação na administração." Todavia a LCI declara que é "muito cedo" para levantar demandas políticas.

De fato o oposto é a verdade. Durante a greve na Lisnave no última semana de maio, por exemplo, era necessário demandar não apenas controle operário (*em oposição* a participação na administração, ou "auto-gestão"), mas também uma ligação com comissões operárias e comitês de greve em outras fábricas em greve, as quais incluíam os trabalhadores de transporte da Lisboa, operários textéis, trabalhadores da Timex, etc. Um órgão soviético de dualidade de poder poderia ter emergido de um comitê central de comissões de greve e comissões operárias, que poderia organizar a resistência da classe operária aos planos contra-revolucionários da junta. Em resumo, o Programa de Transição não é simplesmente palavras no papel, mas a ferramenta chave da intervenção no movimento de massas para tirar os operários da influência dos presentes falsos líderes reformistas. ■